



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

## ATA DE REUNIÃO

### COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE - TRF3

#### Informações Gerais:

Data: 13.09.2016

Horário de Início: 14:00

Horário de Término: 15:20

Local: Sala de Reuniões da Diretoria Geral - 4º andar - Torre Sul

#### Participantes:

Nome	Cargo/Área
Dra. Cecilia Maria Piedra Marcondes	Presidente do Tribunal Regional Federal - 3ª Região
Dr. Paulo Sérgio Domingues	Desembargador Federal - Coordenado do Comitê
Dr. Fabiano Lopes Carraro	Juiz Federal em Auxílio à Presidência
Dr. Paulo Cezar Neves Junior	Juiz Federal
Dra. Ana Lucia Iucker Meirelles de Oliveira	Juíza Federal
Gilberto de Almeida Nunes	Diretor Geral
David Panessa Baccelli	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação
Jader Carlos Videira	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
Cristiane Junko Kussumoto	Diretora da 3ª Vara Federal de São Bernardo do Campo
Marta Fernandes Marinho Curia	Assessora da Escola de Magistrados

Maria Luiza M. Pelosini	Diretora da Divisão de Gestão por Processos - ADEG
Dra. Paula Bajer	Procuradora Regional da República
Dra. Marina Brito Battilani Bolzan	Procuradora Regional Federal
Dr. Diogo Brandan Signoretti	Procurador Regional da Fazenda Nacional
Dr. Eduardo Sadalla Bucci	Procurador Regional da Fazenda Nacional
Dr. Fernando de Souza Carvalho	Defensor Público da União

**Objetivo:** Acompanhar e dar ciência aos integrantes do Comitê Gestor quanto à evolução da implantação e do sistema na Justiça Federal da Terceira Região.

**Pauta:**

- 1) **Apresentação;**
- 2) **Composição;**
- 3) **Dados atuais de implantação;**
- 4) **Próximas expansões;**
- 5) **Obrigatoriedade - São Bernardo do Campo;**
- 6) **Questão apontada pela 2ª Vara Federal de Osasco em relação a processo em tramitação. Certificação Digital. DPU;**
- 7) **Outros assuntos**

**Breve síntese:**

- Feita a apresentação do Comitê e de seus representantes, foi solicitado o envio de e-mail à Diretoria Geral do TRF3 (dirg@trf3.jus.br) com as indicações de cada órgão para compilação em um único ato normativo a atual composição do Comitê.

- Repassado histórico de implementações do PJe antes e após o início da gestão da Dra. Cecília Marcondes na Presidência.

- Divulgação do calendário de implantações para o final de 2016 e para 2017 (documento anexo nº 2199215)

- Divulgação da obrigatoriedade de utilização do PJe para ingresso de novos feitos nas Varas de São Bernardo do Campo que já possuem o sistema (1ª e 3ª Varas).

- A 2ª Vara Federal de Osasco reportou, via e-mail, questão relativa à dificuldade de utilização do sistema pela Defensoria Pública em feito específico, aventando

hipótese de materialização do processo para tramitação física. A dificuldade foi confirmada pelo representante da DPU, tendo em vista a falta de contrato de emissão de certificação digital no Órgão. Não houve aprovação quanto eventual materialização do processo, sendo certo que apesar de haver carência em Defensores Públicos com certificação digital, a questão se resolveria administrativamente, dentro do próprio órgão, até mesmo com a possível indicação de outro Defensor para atuar no feito.

- Os representantes da PRFN solicitaram o reforço de orientações quanto à necessidade de indicação do prazo em dobro para resposta da Procuradoria, pois alguns processos estavam sendo encaminhados com a contabilização de prazo comum.

- Também foi ressaltada a questão das cópias do processo principal na instrução do Agravo de Instrumento. O novo Código de Processo Civil desonera o agravante de instruir o feito com estas cópias. Para atender a este pleito, a Divisão de Processo Judicial Eletrônico está orientada a conceder acesso de consulta aos Desembargadores, Assessores e Chefes de Gabinetes, a princípio, no ambiente de 1º grau do sistema. Ademais, na medida em que surgirem novas solicitações, será franqueado este acesso aos servidores dos gabinetes.

- Comentou-se quanto às intimações das autoridades coatoras, haja vista o sistema não apresentar painel próprio ou perfil que possibilite a resposta pelo intimado. Será solicitada a implementação desta melhoria ou estudada forma alternativa no sistema.

- Nos feitos de competência delegada, recebidos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, solicitou-se autorização ao representante da DPU para, quando há o patrocínio da parte pela Defensoria Pública Estadual, ser realizada a troca da autuação pela Defensoria Pública da União. A solicitação foi atendida, devendo a Assessoria de Gestão dos Sistemas da Informação repassar esta informação à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais.

- A representante da PRF solicitou a criação do incidente pré-processual das execuções fiscais no PJe. Deliberou-se pela marcação de reunião futura com o Gabinete da Conciliação para definição de tramitação do referido incidente.

**Próxima reunião: 22.11.2016, às 14 horas.**



Documento assinado eletronicamente por **David Panessa Baccelli, Assessor de Gestão de Sistemas de Informação**, em 13/07/2018, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2198915** e o código CRC **22F21BF1**.